

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

**Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2019**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

Demonstrações financeiras

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

31 de dezembro de 2019
Com relatório dos auditores independentes

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração dos resultados.....	8
Demonstração dos resultados abrangentes.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Demonstração dos valores adicionados.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e aos acionistas da
LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. (“Companhia”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas como base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

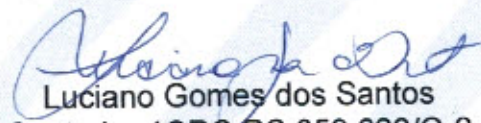
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP



Luciano Gomes dos Santos
Contador 1CRC RS 059.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

Lago Azul Transmissão S.A.
Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.970	5.389
Concessionárias e permissionárias		397	434
Impostos a recuperar	5	424	324
Ativos de contrato	6	3.048	3.048
Outros ativos circulantes		79	66
Total do ativo circulante		9.918	9.261
NÃO CIRCULANTE			
Ativos de contrato	6	33.652	34.226
Imobilizado líquido		7	10
Total do ativo não circulante		33.659	34.236
TOTAL DO ATIVO		43.577	43.497
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	1.891	2.537
Salários e encargos		59	75
Obrigações fiscais		99	84
Dividendos mínimos obrigatórios		326	1.170
Encargos setoriais		66	46
Outros passivos circulantes		436	1
Total do passivo circulante		2.877	3.913
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos	8	1.209	1.139
Total do passivo não circulante		1.209	1.139
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10	35.156	35.156
Reserva legal		292	223
Reserva de retenção de lucros		4.043	3.066
Total do patrimônio líquido		39.491	38.445
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		43.577	43.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Lago Azul Transmissão S.A.
Demonstração dos resultados nos exercícios findos em
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11	3.304	6.905
Custo de Construção		-	452
Despesas de operação e manutenção		(609)	(715)
Gastos Operacionais		(366)	(277)
Encargos setoriais		(59)	(64)
LUCRO BRUTO		2.270	6.301
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal		(678)	(613)
Materiais		(2)	-
Serviços de terceiros		(229)	(220)
Tributos		(12)	(3)
Arrendamentos e aluguéis		(30)	(17)
Depreciação		(3)	(3)
Total		(954)	(856)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		1.316	5.445
Receitas financeiras		375	347
Despesas financeiras		(7)	(5)
RESULTADO FINANCEIRO	12	368	342
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.684	5.787
Imposto de renda corrente		(160)	(153)
Contribuição social corrente		(83)	(80)
Imposto de renda diferido		(72)	45
Contribuição social diferida		3	(218)
Total		(312)	(406)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.372	5.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Lago Azul Transmissão S.A.
Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	1.372	5.381
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u><u>1.372</u></u>	<u><u>5.381</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Lago Azul Transmissão S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Dividendos adicionais</u>	<u>Lucros/ Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	35.156	325	152	4.298	-	39.931
Ajustes do IFRS 15 em 01/01/2018	-	-	-	-	(5.697)	(5.697)
Compensação de reservas	-	(325)	(152)	(4.298)	4.775	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.381	5.381
Constituição da reserva Legal	-	223	-	-	(223)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.170)	(1.170)
Reserva de retenção de lucro	-	-	3.066	-	(3.066)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	35.156	223	3.066	-	-	38.445
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.372	1.372
Constituição da reserva Legal	-	69	-	-	(69)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(326)	(326)
Reserva de retenção de lucro	-	-	977	-	(977)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	35.156	292	4.043	-	-	39.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Lago Azul Transmissão S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.684	5.787
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa		
Rendimentos sobre ativo de contrato	(2.473)	(2.484)
Depreciação	3	3
	<u>(786)</u>	<u>3.306</u>
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	37	(20)
Impostos a recuperar	(100)	(64)
Ativo de contrato	3.048	(124)
Outros ativos circulantes	(13)	1
Fornecedores	(646)	(293)
Obrigações fiscais	(228)	(285)
Encargos setoriais	20	18
Salários e encargos	(16)	(5)
Outros passivos circulantes	435	(395)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>1.751</u>	<u>2.139</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimo de imobilizado	-	(6)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>-</u>	<u>(6)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(1.170)	(1.433)
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(1.170)</u>	<u>(1.433)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>581</u>	<u>700</u>
Início do exercício	5.389	4.689
Final do exercício	5.970	5.389
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>581</u>	<u>700</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Lago Azul Transmissão S.A.
Demonstração dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
RECEITA		
Receita	3.907	6.905
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos	-	452
Materiais / Serviços de terceiros	(1.206)	(1.277)
DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO		
Depreciação	(3)	(3)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>2.698</u>	<u>6.077</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receita financeira	375	342
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>3.073</u>	<u>6.419</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	590	430
Benefícios	52	128
FGTS	36	55
	<u>678</u>	<u>613</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	915	406
Estaduais	12	2
	<u>927</u>	<u>408</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Arrendamentos e alugueis	30	17
Juros	4	-
Outros	62	-
	<u>96</u>	<u>17</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro do exercício	1.372	5.381
TOTAL	<u>3.073</u>	<u>6.419</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Lago Azul Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1 Informações gerais

A Lago Azul Transmissão S.A. (Companhia), sociedade privada de capital fechado, foi constituída em 09 de março de 2013 e está estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, 113 – pavimento 6, bairro Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação e exploração de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 03/2014 da ANEEL, com prazo estimado de entrada em operação em 30 meses a partir da data da assinatura com o prazo de concessão de 30 anos.

1.1 Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Lago Azul, vencedor do Lote D do Leilão de Transmissão nº 07/2013, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 14 de novembro de 2013.

O Lote D é composto pela seguinte instalação, no Estado de Goiás:

- LT 230 kV Barro Alto – Itapaci, C2 (69 km).

As instalações de transmissão são compostas pela:

- Linha de Transmissão Barro Alto – Itapaci, em 230 kV, circuito simples, segundo circuito, com extensão aproximada de 69 km, com origem na Subestação Barro Alto e término na Subestação Itapaci.
- Com entradas de linhas, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 19 de setembro de 2016, a Companhia entrou em operação passando a receber a RAP integralmente.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 3.050 (Três milhões e cinquenta mil reais), valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA, no mês de julho de cada ano, nos termos do contrato de concessão, contados a partir do início da operação comercial. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo de julho de 2019 a junho de 2020, é de R\$ 4.264 (Quatro milhões, duzentos e sessenta e quatro mil reais).

1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI – junto às Autoridades Governamentais competentes

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público



Lago Azul Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, à alíquota zero, conforme publicações no Diário Oficial em 3 de outubro de 2014 (Portaria MME 266/2014, de 2 de outubro de 2014) e 19 de março de 2015 (Ato Declaratório Executivo nº 71, pela RFB, de 17 de março de 2015).

2 Elaboração e apresentação das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estão em vigor em 31 de dezembro de 2019. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, recuperabilidade dos impostos diferidos, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas ao exercício anterior e foram autorizadas pela Administração em 20 de fevereiro de 2020.

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos na data do fechamento do balanço, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.



Lago Azul Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram adotadas de modo consistente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e estão descritas a seguir:

2.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

2.2 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

2.2.1 Receita de concessão

a) Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

b) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47, que abrange os Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria), bem como as Receitas (serviços de operação - transmissão de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

c) Receita de remuneração dos ativos de concessão

A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).



2.2.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro indenizável em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

(a) Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro indenizável.

(b) Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e demais contas a pagar. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

(c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto,

um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

2.5 Concessionários e permissionários

Destinam-se à contabilização dos valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de crédito (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.6 Ativo de contrato

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos a concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Ativo de contrato

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “ativo de contrato”.

O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo de contrato das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.



Lago Azul Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo de contrato, por terem direito a contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho.

2.7 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

2.8 Tributação e encargos regulatórios

Em 2019, a Companhia manteve a opção pela tributação pelo lucro presumido, cuja base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada por meio da aplicação do percentual de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, sobre os ganhos de capital e demais receitas.

Conforme facultado pela legislação tributária, até o exercício de 2016, a Companhia optou pela tributação do lucro real anual com estimativas mensais. Sendo assim, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, para a estimativa mensal, foi calculada por meio da aplicação do percentual sobre a receita bruta e sobre os ganhos de capital e demais receitas. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 60.000 no período de três meses e compensados os prejuízos fiscais existentes, reconhecidos pelo regime de competência. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Além do Imposto de Renda e da Contribuição Social, a receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:



- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS à alíquota de 3,65%.
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.10 Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.11 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não



distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

2.12 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.13 Informações por segmento

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

3. Novas normas e interpretações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2019

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passam a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

- CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os



Lago Azul Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

- Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

- Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

No exercício de 2019, a Companhia avaliou e entende que não existe nenhuma incerteza com relação a situação fiscal.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e Bancos conta movimento	2	4
Aplicações financeiras – RF CP Empresa Ágil (a)	5.968	5.385
Total	<u>5.970</u>	<u>5.389</u>

- (a) As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.



Em 31 de dezembro de 2019, a aplicação financeira referente à RF CP Empresa Ágil teve sua rentabilidade nos últimos 12 meses à taxa de 5,42%. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem nas datas do balanço, o valor de mercado.

5 Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 424 (R\$ 324, em 31 de dezembro de 2018), classificado como imposto a recuperar, é referente ao imposto de renda retido na fonte quando do resgate de aplicações financeiras, e aos tributos retidos sobre faturamentos, adicionados à correção monetária pela taxa Selic atualizada mensalmente. Estes valores serão compensados com os impostos apurados mensalmente e no encerramento do exercício.

6 Ativos de contrato

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ▶ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- ▶ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- ▶ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ▶ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos do Contrato de Concessão, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente.

A posição do ativo de contrato, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está demonstrada conforme a seguir:



Lago Azul Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Ativo de contrato	31/12/2019	31/12/2018
Serviços de construção	46.605	44.132
Amortização	(9.905)	(6.858)
Total líquido	36.700	37.274
Circulante	3.048	3.048
Não circulante	33.652	34.226
Total	36.700	37.274

Os valores referentes aos recebimentos de RAP a serem amortizados nos doze meses seguintes estão classificados no Ativo circulante.

7 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.	138	110
CENTRAIS ELETRICAS DE GOIAS - CELG GT	27	659
SAE TOWERS	440	591
FORNECEDORES DIVERSOS	207	36
QUEIROZ E RIOS	-	61
PROJETOS EM FASE DE CONCLUSÃO	1.079	1.080
	1.891	2.537

8 Impostos diferidos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
IR diferido passivo	922	850
CSLL diferida passiva	558	560
	1.480	1.410
(-) IR sobre prejuízo fiscal	(193)	(193)
(-) CSLL sobre base negativa	(78)	(78)
	(271)	(271)
Total líquido	1.209	1.139



Lago Azul Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

9 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou as seguintes operações com partes relacionadas:

9.1 Remuneração de administradores

Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração dos Administradores foi de R\$ 63 (R\$ 69 em 2018).

9.2 Operações comerciais

<u>Partes relacionadas</u>	<u>Natureza da operação</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo			
Furnas Centrais Elétricas	Contas a receber de faturamento	10	11
Celg Geração e Transmissão S.A.	Contas a receber de faturamento	5	4
		<u>15</u>	<u>15</u>
Passivo			
Furnas Centrais Elétricas	O&M	(131)	(110)
Furnas Centrais Elétricas	CCI	(7)	-
Celg Geração e Transmissão S.A.	O&M	(27)	(659)
		<u>(165)</u>	<u>(769)</u>
Resultado			
Receita			
Furnas Centrais Elétricas	Receita de faturamento	124	122
Celg Geração e Transmissão S.A.	Receita de faturamento	55	61
		<u>179</u>	<u>183</u>
Custo/despesa			
Furnas Centrais Elétricas	O&M	(127)	(161)
Furnas Centrais Elétricas	CCI	(82)	-
Celg Geração e Transmissão S.A.	O&M	(435)	(280)
Celg Geração e Transmissão S.A.	CCI	(89)	-
		<u>(733)</u>	<u>(441)</u>

10 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 13 de janeiro de 2016, conforme Ata da 18ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2015, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 3.250 (três milhões, duzentos e cinquenta mil reais), proporcional à participação acionária



Lago Azul Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

de cada sócio, com a emissão de 3.250.000 (três milhões, duzentos e cinquenta mil) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 17.406 (dezesete milhões, quatrocentos e seis mil reais), para R\$ 20.656 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 04 de março de 2016, conforme Ata da 20ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.000 (dois milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.000.000 (dois milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 20.656 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 22.656 (vinte e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 04 de abril de 2016, conforme Ata da 20ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.000 (dois milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.000.000 (dois milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 22.656 (vinte e dois milhões e seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 24.656 (vinte e quatro milhões e seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 07 de junho de 2016, conforme Ata da 22ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 4.000 (quatro milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 24.656 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 28.656 (vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 31 de dezembro de 2016, conforme Ata da 23ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de setembro de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 4.000 (quatro milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 28.656 (vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 32.656 (trinta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 22 de dezembro de 2016, conforme Ata da 25ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de dezembro de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.500 (dois milhões e quinhentos mil reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 32.656 (trinta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 35.156 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil reais).

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 35.156 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), dividido em 35.156.000 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. e FURNAS CENTRAIS ELETRICA S.A., na proporção de 50,10%, e 49,90%, respectivamente.



Lago Azul Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

O capital social subscrito da Companhia está composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2019</u>	
	R\$	Participação
Celg Geração e Transmissão S.A.	17.613	50,10%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	<u>17.543</u>	<u>49,90%</u>
	<u>35.156</u>	<u>100%</u>

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

(c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do saldo remanescente após o cálculo da reserva legal, e das reservas de contingência e reserva de lucros a realizar, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

11 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita de Construção	-	3.172
Rendimentos sobre ativo de contrato	2.473	2.484
Receita de O&M	1.433	1.424
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Pis	(107)	(31)
Cofins	<u>(495)</u>	<u>(144)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>3.304</u>	<u>6.905</u>

12 Resultado financeiro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
RECEITAS FINANCEIRAS	<u>375</u>	<u>347</u>
Receitas de aplicações financeiras	319	330
Variações monetárias	16	13
Outras receitas financeiras	40	4
DESPESAS FINANCEIRAS	<u>(7)</u>	<u>(5)</u>
Juros e multas	(4)	(4)
Despesas financeiras	(3)	(1)
Resultado financeiro	<u>368</u>	<u>342</u>



Lago Azul Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

13 Instrumentos financeiros

13.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	31/12/2019			31/12/2018
	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	5.970	5.970	5.389
Concessionárias e permissionárias	397	-	397	434
Impostos a recuperar	424	-	424	324
	821	5.970	6.791	6.147

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	1.891	2.537
Salários e encargos	59	75
Obrigações fiscais	99	84
Impostos diferidos	1.209	1.139
	3.258	3.835

13.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

(a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.



(b) Riscos ambientais

As instalações da Lago Azul, constituídas pela linha de transmissão e pelos módulos de entrada de linha nas subestações terminais, não dispendo de equipamentos de transformação ou compensação, encontra-se em fase de operação comercial. Por essa razão e pelas suas características os níveis de impacto ao meio ambiente são muito baixos, levando a que o potencial para passivos contingentes/obrigações referentes a custos ambientais e de limpeza/despolição seja praticamente nulo.

13.3 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

14 Seguros

A política de seguros da Companhia, no que tange à cobertura de ativos próprios e de terceiros alugados pela empresa, está de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro atuais, sob reavaliação.

